



# Anais da Assembléia

Nº 050

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gornes - Antonio Annibelli - Beto Riche - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª

LEGISLATURA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1997

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Doutor Florisvaldo Fier.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Solicito constar na Ata um voto contrário da Bancada do PT, à moção apresentada ontem pelo Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado e anotado, através do Departamento Legislativo da Casa, o voto contrário da Bancada do PT à moção apresentada, em retificação à Ata da sessão anterior.

**Está aprovada a Ata.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 011/97

Curitiba, 14.04.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, até o dia 18 do corrente mês, do afastamento autorizado pelo Decreto Legislativo nº 006/97, de 09.04.97, para minha viagem aos Estados Unidos da América do Norte.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente acolhimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos e elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 732**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) MILTINHO PUPPIO

**REQUERIMENTO Nº 713**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 733**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 128/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Missionária e Educativa de Santa Ana, com sede e foro no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 715**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada para o dia 13 de junho do corrente ano, a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Justiniano Clímaco da Silva, na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

**REQUERIMENTO Nº 718**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar aos familiares do Senhor Takahide Daijô, pelo falecimento ocorrido em 08.04.97, na Cidade de São Paulo, deixando profundo pesar na família e amigos.

Requer, outrossim, seja dada ciência desta decisão à família do extinto, no seguinte endereço: Rua Pedro Montoya, 388, Foz do Iguaçu, PR - CEP 85851-080.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) CÉSAR SELEME

**JUSTIFICATIVA:**

O Senhor Takahide Daijô, nascido na Cidade de Okinawa, Japão, veio para a Cidade de São Paulo, onde se instalou com muita dedicação no ramo do comércio, em companhia da esposa e filhos, com quem viveu exemplarmente até seus 93 anos.

**REQUERIMENTO Nº 729**

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada, um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Constâncio Mendes, ocorrido no último dia 04 de abril.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O passamento do empresário Constâncio Mendes do seio de sua família e até mesmo da sociedade ponta-grossense, consternou toda a comunidade daquela cidade. Homem próspero, de tradicional família, era dona da empresa "Casas Reunidas".

Falecido no último dia 04 de abril, deixou como lembrança inapagável, um sem número de feitos em benefício da comunidade de Ponta Grossa e uma família que retrata no presente, o passado de seu progenitor, que recebeu em vida o título de Cidadão Honorário da Cidade de Ponta Grossa, como prova de seu legado de vida exemplar em todas as atividades que desempenhou.

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, nossas homenagens ao Associação Atlética Comercial de Cascavel, pela passagem do seu 33º aniversário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Atlética Comercial de Cascavel é um dos maiores clubes do interior do Paraná. Com milhares de associados, é palco diariamente do encontro de grande parcela da sociedade cascavelense, como também de outros municípios da região.

É justo que a Assembléia Legislativa do Paraná preste uma merecida homenagem a uma entidade conceituadíssima, que graças ao apego e desprendimento do seu quadro associativo, vem crescendo, se fortalecendo e oferecendo com isso, melhores condições de bem-

estar social a um grande número de pessoas.

No 33º aniversário da Associação Atlética Comercial, quero deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, contando, evidentemente, com o apoio dos meus colegas Deputados, por tratar-se de um clube brilhantemente gerenciado, por outras diretorias e pela atual, que tem como Presidente o Senhor Levi Soares, que durante este período outra coisa não fez senão propiciar divertimento, alegria e uma boa dose de amizade a todas as pessoas nele envolvidas.

Todavia, o Comercial não para de crescer e aí reside parcela do desejo de homenageá-lo. Como um moleque travesso, sai em busca de novos horizontes, se defronta com palpitantes desafios, com isso pretende nunca perder a marca do maior e melhor clube social de Cascavel.

REQUERIMENTO Nº 710

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Senhor Clóvis Roberto Aquino, que em 15.04.97 completa 50 anos de teatro.

Clóvis Aquino - seu nome artístico e como é conhecido - nasceu em Porto Alegre no dia 19 de dezembro de 1939. Começou muito cedo sua brilhante carreira artística, com apenas 14 anos de idade, atuando em rádios do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira de ator no Rio de Janeiro, onde fez curso de Arte Dramática e conheceu Violeta Ferraz, sua madrinha. Tendo queda também para o humorismo, ingressou na Companhia de Colé, trabalhando

maior Faria com Virginia Lane. Celeste Aida, Rui Cavalcanti, Grande Otelo, Walter D'Ávila, Consuelo Leandro, Lia Mara.

Em 1955 já estava fazendo um dos principais papéis na peça "Rosa Tatuada", no elenco de Maria Della Costa. Em 58, na Companhia de Virginia Lane, a "Rainha do Teatro de Revista", viajou por vários Estados brasileiros. Aproveitando conhecimentos no Rio, fez alguns filmes, trabalhando com relativo destaque em "No Mundo da Lua". Com Reginaldo Faria apareceu em outras películas.

Foi pioneiro da telenovela brasileira, atuando na TV Tupi, em São Paulo. Realizando excursões pelo Paraná, conheceu Roberto Menghini, que o convidou para ingressar na TV Paraná, Canal 6, onde atuou em mais de 30 teleteatros e cinco telenovelas. Recebeu do Canal 6 o troféu "O Curumim", por sua brilhante atuação em "O Direito de Nascer", edição paranaense, já no Canal 12.

Além da novela "O Direito de Nascer", atuou também em "Almas Torturadas", "A Escrava Izaura", "Minha Neta Querida", "A Figueira do Inferno", ao lado de outros artistas de renome no Estado, como Odélair Rodrigues, Roberto Menghini, Aírton Miller, Aracy Pedroso, Claudete Baroni, Lala Schneider, Delcy D'Ávila, José Basso, Rubens Rollo, Sansores França.

Na interiorização do nosso teatro, apresentou-se em várias cidades como ator, declamador e palhaço, tanto em teatro improvisados como em circos. Durante muito tempo foi o palhaço "Lolobrigido".

Para a Rede Bandeirantes de Televisão, filmou "Maria Bueno", junto com Gilda Elisa e Agnaldo Rayol e um elenco de mais de 70 atores, em 1979. Em 89, também para a Rede Bandeirantes, participou das filmagens do

apresentar "Galânia Capilla". Juntou com Everton de Castro. Nesse período estava dirigindo o Teatro São João, na Lapa, a convite do então Prefeito. Sua atuação frente a direção do teatro foi das mais brilhantes, levando ao povo lapaense uma série de peças e aparições teatrais que em muito beneficiaram a cultura do povo daquela histórica cidade paranaense.

Hoje, residindo novamente em Curitiba, atuou em várias peças, tendo sua última aparição em "O Vampiro e a Polaquinha", que ficou em cartaz mais de seis anos e encerrou essa temporada em março de 97.

Homem dinâmico, lutador, corajoso, profissional sério e competente, Clóvis Aquino é realmente uma das personalidades mais destacadas no cenário artístico paranaense. Pessoas como Clóvis Aquino, que dedicaram uma vida para a cultura, o lazer e a diversão das pessoas do sul do Brasil, merecem toda a nossa admiração e respeito.

Para que este sentimento de agradecimento e respeito à pessoa maravilhosa que é Clóvis, peço que registre-se nos Anais da Casa este voto de louvor, com os meus sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta Casa de Leis e de todo o povo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Polícia Florestal do Paraná pelos seus 40 anos de existência.

A Polícia Florestal vem, ao longo dos últimos 40 anos, aperfeiçoando seus serviços, sendo

Para ver mais rápida a ação na defesa contra infratores da legislação ambiental e também nas missões educativas que atingem a população através de escolas, grupos escoteiros e outros segmentos da sociedade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Comandante da Polícia Florestal do Paraná, Coronel Abelmídio de Sá Ribas, ao Comandante da Polícia Florestal em Ponta Grossa, Segundo Sargento Jamil Dainelle, sito no Parque Estadual Vila Velha, e a todos os demais policiais que trabalham em defesa do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de voto de louvor ao Professor Nelson Dácio Tomazi, em razão de seu recente trabalho de pesquisa sobre a "História da Colonização do Norte do Paraná".

Requer ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência ao homenageado, bem como a Universidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

O Professor Nelson Dácio Tomazi, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Londrina, segundo confirma reportagem feita pela "Folha de Londrina" (13.04.97), é autor de trabalho recente sobre a história da colonização do Paraná, onde apresenta um conjunto de informações novas e valiosíssimas sobre a ocupação da região e a formação do seu povo.

Para a construção da nossa história e à nossa cultura, seu trabalho é digno de louvor.

#### REQUERIMENTO Nº 719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Diretoria eleita da Associação dos Médicos Veterinários Sanitaristas do Estado do Paraná, criada em 14 de abril corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Veterinário Celso Fernando Dias Doliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Brasília Itiberê, 345, Bairro Jardim Botânico, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Exército Brasileiro, pela comemoração do seu dia, no próximo 19 de abril.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

O Exército vem cumprindo fielmente sua parte na formação da nacionalidade brasileira, zelando pela soberania nacional, evitando conflitos e invasões, abrindo estradas, ferrovias, cumprindo integralmente o seu papel com "braço forte e mão amiga", onde for chamado em defesa do País e do povo brasileiro.

## REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Celso Martini, Prefeito do Município de Marialva, pelo excelente trabalho desenvolvido à frente da Prefeitura Municipal, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da cultura da uva fina, atividade que destacou a Cidade de Marialva para o Paraná e o Brasil, pela comercialização do produto e derivados e pela Festa Anual da Uva Fina.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações a toda Diretoria da empresa pontagrossense "Fundição Trützschler", integrante do Grupo Trützschler da Alemanha, que comemora dez anos de atividades, fortalecendo o progresso da cidade e do Estado.

Desta decisão requereiro ainda seja dada ciência à Diretoria daquela empresa, junto ao endereço: Av. Senador Flávio Carvalho Guimarães, 1640, Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

A empresa "Fundição Trützschler" acha-se instalada na Cidade de Ponta Grossa - PR, região dos Campos Gerais, desde o ano de 1987. Subsidiária da Fundição Trützschler de Curitiba, que faz parte do Grupo Trützschler Alemanha e com fábricas no mundo inteiro, vem atuando de forma ímpar para o progresso de Ponta

Grassa. Verificada através do Certificado "ISO 9000", que a empresa recebeu, como única em seu setor.

Ocupando quase sete mil metros quadrados na Cidade de Ponta Grossa, a Fundição Trützschler investiu em dez anos de atividades, 12 milhões de dólares na fábrica, procurando primordialmente a modernização dos equipamentos e, conseqüentemente, o aprimoramento da qualidade de seus produtos fundamentados na liderança do mercado.

## REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua João Giacomiti, 275, Quadra 5, Bairro Santa Rosa, Município de Campina Grande do Sul, a qual solicita a implantação de iluminação pública no local.

Afirma a Senhora Marli Terezinha dos Santos, que no talão de luz é cobrada a taxa de iluminação pública, e os moradores não dispõem deste benefício. Maiores informações podem ser obtidas com a requerente, pelo telefone 254-8179.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido da

Senhora Alaa Tank, moradora na Rua Epaminondas Santos, 2942, Conjunto Residencial Bairro Alto, a qual solicita uma verificação na rede de distribuição de energia elétrica no local, tendo em vista que a mesma tem sido interrompida várias vezes, no horário entre 20:30 horas e 22:00 horas, em todo o conjunto.

Maiores informações, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente, pelo telefone 251-9688.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. Maringá, Vila Pernetá, os quais solicitam a limpeza das valetas existentes ao lado do nº 1231. São 04 (quatro) terrenos que não têm manilhas, sendo que as valetas encontram-se entupidas, causando refluxo na fossa da residência localizada no endereço acima citado.

Informações complementares, se necessário, podem ser obtidas com a Senhora Adonaide Lourenço da Cruz, pelo telefone 368-1820.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Rio Verde, os quais solicitam mais médicos

clínico-geral e ginecologistas no Posto de Saúde Alexandre Nadolny.

Afirmam eles que nesse Posto somente há médico Pediatra e muitos usuários necessitam médicos de outras especialidades. Como o atendimento do presente, toda a população será beneficiada.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 709

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Roça Grande, os quais solicitam reparos na Rua André Nadolny, principalmente nas proximidades do número 1180, bem como em todas as outras ruas desse bairro.

Ocorre que no ano passado a Prefeitura abriu valetas e a rua ficou mais estreita. Vários buracos se formaram ali e muitos carros neles já caíram. O ônibus faz seu trajeto na Rua André Nadolny e quase não consegue por ali passar.

Os moradores dessa rua e da Rua das Olarias estão apavorados com essa situação que piora a cada dia, e solicitam providências urgentes.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente aos Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, integrantes do CODESUL, bem como aos Secretários de Fazenda dos

manter a Banca como Agência de fomento e desenvolvimento dos Estados e da Região Sul.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

manter a Banca como Agência de fomento e desenvolvimento dos Estados e da Região Sul.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Assim, os dados do Balanço de 1996 informam que no ano foram aprovados financiamentos no montante de US\$ 656,1 milhões, representando 54% de acréscimo relativamente aos recursos aprovados no ano anterior, que viabilizaram investimentos globais na região da ordem de US\$ 1,15 bilhões.

Estima-se que tais investimentos sejam responsáveis pela geração de 100.100 novos empregos diretos e indiretos na região e pelo aumento das arrecadações do ICMS da ordem de US\$ 285,7 milhões anuais.

O desempenho econômico-financeiro, medido pelas contas patrimoniais e pelo balanço de resultados, evidencia que o Banco, mesmo diante do quadro adverso que atinge todo o sistema financeiro nacional, ampliou significativamente o seu porte, tendo seu patrimônio líquido atingido US\$ 480,2 milhões, com ativos totais da ordem de US\$ 1,35 bilhões.

Apesar da elevada provisão de recursos para créditos de liquidação duvidosa, da ordem de US\$ 39,9 milhões, o lucro do exercício foi de US\$ 32,3 milhões, conferindo uma rentabilidade de 6,7% ao ano sobre a média do patrimônio líquido.

Os tais dados são mais do que suficientes para demonstrar o esforço da atual Diretoria do BRDE, bem como no acerto em se

manter a Banca como Agência de fomento e desenvolvimento dos Estados e da Região Sul.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, o presente expediente, acompanhado do Ofício nº 097/97 da Câmara Municipal de Altônia, firmado por todos os integrantes da mesma, no sentido de pleitear para que seja mantida na Cidade de Umuarama a filial da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O escritório da CODAPAR localizado na Cidade de Umuarama, vem prestando inestimáveis serviços a todos os municípios integrantes da Microrregião 11, com sede em Umuarama.

São 32 municípios que necessitam do acompanhamento da CODAPAR, a qual tem demonstrado eficiência no desempenho de suas atividades.

O presente apelo traz a assinatura e o reconhecimento de todos os integrantes da Câmara Municipal de Altônia, independentemente de suas legendas partidárias.

#### REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Coronel Gilberto Foltran, Chefe da Defesa Civil, solicitando

informações detalhadas sobre os recursos repassados aos municípios atingidos pelas últimas enchentes, tais como: nome do município atendido; número de habitantes atingidos pelas cheias e quantas receberam ajuda; tipo de ajuda prestada; valores dos recursos disponibilizados e qual a fonte desses recursos.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente Requerimento, Senhor Presidente, prende-se a questionamentos da sociedade paranaense, principalmente pelos Senhores Prefeitos, quanto ao tipo de atendimento prestado pela Defesa Civil a algumas cidades, acompanhados de manifestações de insatisfação, tal qual aconteceu com a Cidade de Castro que, segundo levantamento, necessitava de 200 cestas básicas e acabou recebendo apenas 50.

Este Deputado, Senhor Presidente, confia na Defesa Civil e, até prova em contrário, está disposto a defendê-la. No entanto, até para poder argumentar, este e os demais membros desta Casa, precisam estar bem informados.

Por esta razão, espero ser a aprovação do presente, para atender ao interesse da sociedade paranaense e da própria Defesa Civil.

**REQUERIMENTO Nº 726**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, transcrição nos Anais da presente sessão, de matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná", página 08, Caderno de Economia, sob o título: "Marialva contorna êxodo com a uva".

Requer ainda que o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara

Municipal, o Secretário da EMATER de Marialva e o Diretor Presidente do jornal "O Estado do Paraná", sejam informados sobre esta iniciativa.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se o presente Requerimento, como forma de destacar o serviço público que a imprensa presta à população, como o jornal "O Estado do Paraná", com esta matéria que destaca a pujança de Marialva no cultivo da uva.

De um lado o jornal divulga iniciativas populares e oficiais, de outro incentiva os produtores na ampliação e especialização da cultura, elevando assim o número de trabalhadores empregados, a circulação de recursos, a qualidade de vida e a independência do município.

Marialva está de parabéns pelas lideranças políticas que tem, estão de parabéns os produtores de uva que colaboram com o progresso da cidade.

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 157/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC, com sede e foro à Rua Desembargador Benvindo Valente, 130, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) RENY BORSATTO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC, é uma entidade

filantrópica, sem fins lucrativos, com atendimento direcionado mais à criança na área de psicoterapia, fonoaudiologia, pedagogia, fisioterapia e musicoterapia, procurando adaptar a criança dentro do sistema.

Concebendo o indivíduo como um todo, procura estender esta visão para o processo de aprendizagem, o qual se dá na relação do indivíduo ou da criança com o seu mediador, pois é através da vivência que o indivíduo ou a criança irá construir-se.

#### PROJETO DE LEI Nº 158/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Leopoldo Scherner.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

Leopoldo Scherner, nasceu em 22 de julho de 1919, no Município de São José dos Pinhais, neste Estado, sendo filho de Paulo Scherner e de Maria Corona Scherner. Viúvo, é Bacharel em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil - atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Tendo iniciado sua carreira no Magistério como Professor da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, exercendo verdadeiro sacerdócio. Passou pelo Magistério paranaense como Professor do Ensino Médio na Rede Estadual, lecionando Português e Latim; foi

Professor Titular de Literatura Portuguesa e Filosofia Românica e Língua Portuguesa na PUC-PR; Professor de Literatura na UFPR (60/61); fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná em 1950; fundador da Faculdade Católica de Administração e Economia - Curitiba; membro do Conselho Estadual da Cultura do Paraná; membro da Academia Paranaense de Letras (cadeira nº 5); membro da Academia de Letras José de Alencar; membro da Comissão Permanente de Concurso do Estado do Paraná; membro do Centro de Letras do Paraná e mais de uma dezena de outras instituições que tem tido o privilégio de receber os seus préstimos.

Entre os seus lauréis que enobrece a literatura deste Estado, está o de Membro do Seminário de Verão/85, em Évora, Portugal, ao qual concorreu com a Tese: "Literatura, Elemento de Integração", classificado em primeiro lugar.

Participou de centenas de encontros - como Palestrista - onde contribuiu grandemente com o desenvolvimento da cultura, não só do nosso Estado, como de outros, no Brasil e no exterior.

Entre essas palestras, devemos destacar a realizada no Congresso sobre Educação - promoção do Conselho de Montemor-o-Velho, Portugal, com o título de: "De Improviso, não", em janeiro de 1997.

Criou e implantou os cursos de Fonoaudiologia, Educação Física, Estudos Portugueses, Clínica de Fonoaudiologia, Secretariado Executivo, Artes Cênicas e Dança, nos anos 80, 81, 84 e 85, respectivamente e campus de São José dos Pinhais da PUC-PR, sendo seu Diretor de 91 a 95.

É detentor da Comenda da Ordem do Infante Dom Henrique, outorgada pelo Governo da República de

Portugal; do Título de Cidadão Emérito do Município de São José dos Pinhais, neste Estado e personagem Lusíadas/86, concedido pelo Conselho Estadual da Comunidade Portuguesa do Paraná, em setembro de 1985.

Foi homenageado com o título de Cidadão Honorário de Curitiba, conforme Lei nº 6.968 de 1987 e outras tantas homenagens que constam do seu currículo.

Publicou em julho de 91, o ensaio: "O Poeta e a Nostalgia da Pureza Original", parte da Tese de Mestrado de Reinaldo Atem.

Suas principais obras literárias são: "Carismas do Sacerdócio" - 1944, tradução do alemão da obra do cardeal Bertan; "Quando é que devemos acentuar, graficamente, os vocábulos" - 1954; "Joana D'Arc" - 1959; "Poema do Sol" - 1960; "Clássicos da Juventude" - 1963 e outros.

Como notam os caros Pares, o proposto é realmente figura exponencial da nossa literatura e justifica a nossa proposição de homenageá-lo com o título de Cidadão Benemérito do Paraná, para quem exerceu um verdadeiro sacerdócio da educação em mais de meio século de atividades.

Era a justificativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 159/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a venda direta de qualquer tipo de fogos de artifício a menores de 18 (dezoito) anos de idade, em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Caso ocorra acidentes, provocados por menores, com fogo de artifícios que foram comprovadamente vendidos diretamente a estes menores, o comerciante que efetuou a venda será responsabilizado

criminalmente e deverá indenizar as vítimas deste acidentes em todas as despesas para tratamento médico originado do acidente com os fogos de artifício.

Art. 3º - Qualquer pessoa que utilizar de maneira irresponsável os fogos de artifícios, causando acidentes de ferimentos a outro, será responsabilizado criminalmente e deverá indenizar as vítimas em todas as despesas para tratamento médico originado do acidente com fogos de artifícios.

Parágrafo Único - Quando o acidente for causado por menor de idade, e que os fogos de artifícios não tenham sido adquiridos pelo menor, o pai ou responsável direto pelo menor arcará com toda a responsabilidade do fato de acordo com "caput" deste artigo.

Art. 4º - Os estabelecimentos que fazem a comercialização destes fogos, deverão fixar em local visível, alerta aos seus clientes quanto ao perigo de deixar crianças brincarem com fogos de artifícios, bem como alertar para as consequências previstas em caso de acidentes, mesmo não intencional prevista nos artigos 2º e 3º.

Parágrafo Único - O comerciante será obrigado a fornecer Nota Fiscal, que além dos efeitos fiscais, será utilizada para comprovar a origem dos fogos em caso de acidente.

Art. 5º - O Governo do Estado deverá veicular nos períodos de maior uso de fogos (Natal, Ano Novo e Festas Juninas) campanha educativa para o uso correto dos fogos de artifícios e suas consequências.

Art. 6º - Em caso de acidente com fogos de artifícios,

sempreveravelmente devido a produção defeituosa, o consumidor deverá acionar a fábrica de fogos que responderá criminalmente e deverá indenizar as vítimas em todas as despesas do tratamento médico originado do acidente com os fogos de artifícios.

Art. 7º - Fica a Delegacia de Armas, Explosivos e Munições responsável em elaborar os inquéritos policiais e encaminhar à justiça.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando o grande número de acidentes com fogos de artifícios, que tem resultado em queimaduras graves, em especial em final de ano e festas juninas, acidentes estes ocasionados por menores ou pessoas que tem acesso a qualquer tipo de foguete, mas não tem consciência do perigo a que estão expostos e utilizam os fogos de maneira irresponsável.

#### PROJETO DE LEI Nº 160/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria Estadual de Saúde a viabilizar as condições necessárias para realização do exame biométrico em toda rede estadual de ensino.

Art. 2º - A Secretaria Estadual de Saúde poderá firmar convênio de cooperação com Postos de Saúde, Universidades e Clínicas Médicas, delegando poderes para que estas entidades façam o exame e emitam os atestados médicos.

Art. 3º - O exame biométrico será feito até no máximo 30 (trinta) dias do início do ano letivo, ficando o aluno isento do pagamento de qualquer taxa.

Art. 4º - O aluno que não quiser se submeter aos exames oferecidos pelo Governo Estadual, deverá apresentar atestado médico particular.

Art. 5º - A validade do exame será igual ao período letivo, devendo o aluno receber atestado médico ou equivalente, atestando condições para frequentar as aulas de Educação Física.

Parágrafo Único - O atestado médico ou equivalente deverá ficar arquivado na pasta do aluno.

Art. 6º - O aluno que apresentar qualquer sintoma que possa impossibilitá-lo de frequentar as aulas, deverá ser encaminhado para atendimento médico especializado, somente podendo frequentá-las após liberação do especialista indicado.

Art. 7º - A direção dos estabelecimentos de ensino deverá enviar comunicado a Secretaria Estadual de Saúde, através dos Núcleos Regionais de Educação, 3 (três) meses antes do início do ano letivo, informando estimativa de alunos que deverão fazer o exame biométrico.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Em consonância com o Art. 227, da Constituição Federal, Art. 216 e Art. 179, inciso IX da Constituição Estadual, e considerando a necessidade que

alunos matriculados na Rede Pública de Ensino façam exame biométrico, comprovando que o aluno está apto para frequentar as aulas de Educação Física, faz-se necessária a apresentação de tal propositura.

Pelo exposto, contamos com a aprovação dos nobres pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 161/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam autorizados os Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual a adotar o uso de uniforme escolar para os alunos regularmente matriculados.

Art. 2º - Para a adoção do uso do uniforme escolar será necessário, inicialmente, o consentimento do Conselho Escolar do Estabelecimento e da Diretoria da Associação de Pais e Mestres.

Art. 3º - A APM deverá convocar uma Assembléia Geral Extraordinária, solicitando a presença dos pais para ampla discussão do tema, sendo necessária a aprovação por maioria absoluta de votos, para a exigência do uso do uniforme escolar.

Art. 4º - O modelo do uniforme seguirá padrão estabelecido na Assembléia que aprovou o seu uso.

Art. 5º - Os alunos que comprovarem a condição de "carentes" receberão da APM o uniforme escolar, porém, sendo facultado a APM a ter como contrapartida deste uniforme, eventuais trabalhos de manutenção do estabelecimento ou participação em atividades da APM por parte dos pais ou responsáveis.

Art. 6º - A direção do Estabelecimento de Ensino, também poderá obter recursos para a compra de uniformes escolares, através do Programa Pró-Escola, recebendo doação em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas ou a confecção do próprio uniforme.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Autorizar os Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, que manifestem interesse, a adotar o uso de uniforme escolar para os alunos regularmente matriculados é o objetivo deste plano de lei.

Visa tal propositura facilitar a identificação dos alunos no interior das dependências do Estabelecimento de Ensino e desta forma evitar a permanência de elementos estranhos ao ambiente escolar, além e ser possível também, identificar o aluno após o mesmo ter saído do Estabelecimento, comprovando sua condição de estudante.

PROJETO DE LEI Nº 162/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Comunidade Rurbana de Campo de Santana, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## PROJETO DE LEI Nº 163/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública fornecerá toda estrutura para o perfeito funcionamento da Delegacia de que trata o artigo anterior, inclusive utilizando-se de recursos do seu orçamento próprio.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

A microrregião de Francisco Beltrão é composta por aproximadamente 30 municípios e não conta com Delegacia especializada para atender a demanda de crimes contra a mulher. Na verdade, os casos de agressão e delitos outros contra as mulheres, por falta de uma Delegacia especializada, acabam por ficar impunes, em razão do constrangimento das vítimas em se dirigir à Delegacia de Polícia comum, onde são tratados os crimes dos mais diversos níveis.

A medida ora proposta visa oferecer maior segurança à população feminina do município e região, propiciando-lhe mais tranquilidade quando vítimas de maus tratos, inclusive dos próprios cônjuges.

## PROJETO DE LEI Nº 164/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Torna obrigatório a constar dos rótulos das embalagens de garrafas de água mineral, além das informações já existentes, as seguintes:

I - **Conservar longe do calor direto e luz intensa;**

II - **Está microbiologicamente pura.**

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.97.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

Com a presente medida visamos assegurar uma maior segurança ao consumidor paranaense. Em pesquisa realizada no ano passado constatou-se que dentre dez marcas de água mineral, quatro delas estavam contaminadas microbiologicamente com coliformes fecais. Recentemente foram feitas análises realizadas pelo INMETRO e os índices de contaminação cresceram.

Existe, também, a ocorrência do consumidor do vendedor deixarem garrafas diretamente na luz solar ou em algum lugar próximo do calor. Esta situação favorece o crescimento de microorganismos que comprometem a saúde do consumidor em geral.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei e para preservar a saúde do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres Colegas.

Estou encaminhando à Mesa - e gostaria de contar com o apoio dos Colegas, dada a relevância da matéria e dos assuntos que vamos aqui tratar - um Requerimento endereçado às autoridades Parlamentares de Brasília, a começar pelo Presidente da Câmara dos Deputados, jurista Michel Temmer e aos Líderes dos Partidos Políticos que compõem a Câmara dos Deputados, desde o meu partido, o PMDB, e todos os demais Partidos.

Este Requerimento visa apoiar uma iniciativa paranaense da Associação Comercial do nosso Estado e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná - que lideram o movimento, pleiteando a criação e instalação em nosso Estado, de um Tribunal Regional Federal, pois atualmente o Paraná está subordinado à jurisdição do Tribunal Regional Federal com sede em Porto Alegre.

Portanto, este Requerimento tem a finalidade de apelar às Lideranças maiores no Congresso Nacional, para que apoiem o projeto de autoria do Deputado Abelardo Lupion, uma emenda constitucional, diga-se de passagem, que visa criar - porque tem que ser através de uma emenda constitucional - um Tribunal Regional Federal em Curitiba. Por que estou cuidando da matéria, Senhores Deputados? Primeiro, porque é algo da maior relevância para o povo do Paraná. Segundo, porque quando fui Constituinte - e estes Tribunais Regionais Federais foram ali criados - tentamos e fomos vencidos, criar já na época, o Tribunal Regional Federal com sede em Curitiba, e de lá para cá, movimentos têm sido iniciados pelas diferentes formas e maneiras e até aqui não logramos êxito em nenhum deles.

Parece-me agora oportuno, porque o Congresso Nacional está lá debruçado em cima de uma série de alterações na atual

Constituição, e por isso mesmo, o momento é mais do que propício para uma ampla negociação, incluir-se a criação deste Tribunal Regional Federal com sede em Curitiba. Para que os senhores tenham uma idéia, atualmente o Tribunal Regional Federal com sede em Porto Alegre, tem mais de 116.000 processos. Destes, 67.600 foram ajuizados ou protocolados somente no ano passado. Vejam que volume fantástico! E este Tribunal tem apenas 23 juizes, porque é o que determina a Constituição Federal.

Desse total de 116.500 ou 116.600 processos que tramitam no Tribunal em Porto Alegre, 25.766 foram sentenciados pela Justiça Federal do Paraná, em primeira instância. O que dá um percentual de 40% do total dos processos em tramitação em Porto Alegre oriundos da Justiça Federal do Paraná.

Os maiores interessados numa Justiça Federal ágil, numa Justiça Federal moderna, numa Justiça Federal acessível, são, sem dúvida alguma, os trabalhadores do nosso Estado. Porque, grande parte desses processos são provenientes de ações previdenciárias que os trabalhadores paranaenses que aqui vivem e aqui moram, ajuizam na busca de direitos - na maioria das vezes sagrados - em relação às leis que regem a Previdência do nosso País. E são os trabalhadores os que mais dificuldades encontram no dia-a-dia para requerer esses benefícios, para ter acesso a essa Justiça, porque eles não dispõem de recursos, sequer, para constituir advogados.

Então, imaginem, nobres Colegas, a importância de se criar no Paraná um Tribunal Regional Federal. Os trabalhadores do nosso Estado, que hoje estão indo a Porto Alegre com todos os sacrifícios inerentes ao acompanhamento de uma ação na

Capital do Rio Grande do Sul, poderiam com mais facilidade, recorrer ao Tribunal Regional Federal aqui em Curitiba.

Para termos uma idéia, há muitos anos, quando eu ainda estava num primeiro mandato, em Brasília, apresentei um projeto de lei - na época não havia ainda, o Superior Tribunal de Justiça, havia o Tribunal Federal de Recursos, que era a última instância da Justiça Federal - criando uma Vara da Justiça Federal em Londrina e outra em Foz do Iguaçu. Este projeto levou quase quatro anos tramitando na Câmara dos Deputados, até conseguir. Porque a iniciativa era, na época, constitucionalmente, oriunda do Poder Judiciário: sensibilizar os Ministros do Tribunal Federal de Recursos a enviarem para a Câmara dos Deputados uma emenda em apoio ao projeto de nossa iniciativa. Depois que conseguimos esse intento, o que desafogou de processos na única Vara Federal que havia no Paraná - aqui em Curitiba - não foi brincadeira.

E mesmo assim, essas duas Varas que criamos, em Londrina e em Foz, hoje estão, praticamente, abarrotadas de processos, exigindo uma segunda, uma terceira e uma quarta Vara, porque as demandas são crescentes nos dias de hoje. E o aparelho judicial lamentavelmente não acompanha na mesma velocidade.

Portanto, se existe um movimento que esta Casa tem que abraçar, apoiar entusiasticamente, é este movimento. Criando aqui no Paraná um Tribunal Regional Federal para podermos julgar as ações de interesse da classe trabalhadora.

E é neste sentido que estou encaminhando um Requerimento à Mesa, pedindo o apoio dos nobres Colegas, para que as nossas Lideranças em Brasília, possam ver

aprovada a emenda constitucional, inicialmente subscrita pelo seu autor, Deputado Abelardo Lupion e, conseqüentemente, aproveitando a oportunidade das reformas e análises no Congresso, o Paraná passa a ser, também, um Estado de primeiro mundo no que diz respeito à Justiça Federal de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Com a palavra o ilustre Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Na sessão de ontem, esta Casa aprovou uma moção de repúdio ao projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, de autoria da Deputada Federal Marta Suplicy. É sobre isto que queremos abordar. Já registramos na Ata da sessão de ontem, que constasse voto contrário da nossa Bancada.

É importante chamar a atenção para a justificativa de tal Requerimento, uma vez que há uma série de equívocos, no nosso entendimento.

Começa a justificativa o Deputado Takayama, dizendo que "na defesa da moral e dos bons costumes...". Primeiro, é necessário se ter a conceituação do que é "bons costumes" e do que é "moral". Os bons costumes para um cidadão, pode não ser considerado para outros, ou o que é moral para alguns, para outros é imoral.

Veja agora, por exemplo, a questão da CPI das Precatórias: que para alguns governos é legal e moral determinados atos, enquanto para outros é ilegal e é imoral.

Portanto, a questão de moralidade e a questão de bons costumes depende de conceito. Aquilo que há dez anos atrás era considerado bons costumes e moral, hoje já não é. E se compararmos na

história da humanidade o quanto tem mudado, tanto os costumes, tanto quanto a questão de moral.

A segunda questão que chama atenção, é para o desconhecimento do projeto que tramita em Brasília. Diz na justificativa, o Deputado Hidekazu Takayama, que tal projeto intenta oficializar o casamento de duas pessoas do mesmo sexo.

Deputado Hidekazu Takayama, o senhor não leu o projeto da Deputada Marta Suplicy. Não leu o parecer e o substitutivo geral apresentado pelo Deputado Roberto Jefferson, do PTB, considerado um dos mais conservadores do nosso País. E não é só isso, considerado um homem de direita e que é considerado um cristão - e que ninguém nega que ele o seja. Ele deu Parecer favorável e fez um substitutivo que está sendo debatido na sociedade e no Congresso Nacional. Em nenhum momento, nem no projeto de lei da Deputada Marta Suplicy, nem no substitutivo, se diz que haverá ou que existirá casamento entre pessoas do mesmo sexo. Pior cego, Deputado Takayama, é aquele que não quer ver. Este é o pior de todos.

Portanto, deve-se ler o projeto de lei. O que se oficializa é uma vida em comum e civil, na divisão do patrimônio, porque quantos casos existem de pessoas do mesmo sexo, vivendo sob o mesmo teto, e que quando um está doente é o outro que o atende até o final da sua vida, e quando este vier a morrer, a herança ou patrimônio constituído entre as duas pessoas, sobra para uma ou para outra família, e é negado "aquele" que acompanhou nos momentos mais difíceis da sua vida, qualquer tipo de patrimônio, sobrando a ele muitas vezes a miséria. Visa reparar aquela solidariedade existida em vida, aquele patrimônio construído em

vida: Visa reparar, mas ao faltar um deles, o outro não viva na miséria, não perca todos seus direitos, que o tenha!

E hoje em nosso País, quando duas pessoas do mesmo sexo vivem sob o mesmo teto, há um preconceito muito grande e visa também a ruptura deste preconceito. Preconceito este, que chega a ferir o direito de cidadania das pessoas que vivem juntas. E o objetivo deste projeto é de garantir o direito de cidadania, aquele direito que hoje as pessoas não têm. E visa mais - e bem sabe o Deputado Takayama - que amor não existe somente entre pessoas de sexos diferentes, e existe entre pessoas do mesmo sexo.

E este amor tem que ser respeitado, independente se esteja na lei, ou seja, considerado ilegal ou imoral - como desejem os Senhores Deputados - esse amor entre as pessoas, que se existisse entre todos os homens - assim como diz o Hidekazu Takayama, que é Pastor - entre todos os homens de bem, o mundo seria completamente diferente e melhor do que é hoje. Quando se tenta passar o outro para trás, tenta dar o golpe no outro em cima dos bons costumes e da palavra, dizendo que isso é moral e comete os maiores atos de injustiças e de imoralidades.

Por isso, nós, da Bancada do PT, defendemos o projeto da Deputada Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Antes de passarmos ao orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Joel Coimbra, é com satisfação que essa Mesa Executiva anuncia em nosso meio, a presença do Chefe da Casa Civil, Giovani Gionédís, Secretário "camisa 10" do Governo Jaime Lerner.

Concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

(Declina).

Tanda destinada a palavra. O Deputado Joel Coimbra, passamos ao Horário das Lideranças.

PPB.

(Declina).

Com a palavra o PMDB. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Afora o grande problema que nós, hoje, acompanhamos, a grande discussão que hoje se trava no Brasil inteiro em relação à questão fundiária, este assunto palpitante, este assunto tem tomado conta das discussões do nosso País, quer seja da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e de todas as pessoas de bom senso deste País, até mesmo a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) se manifestou de forma muito serena e tranqüila em relação à questão fundiária brasileira.

Amanhã, aliás, no transcorrer desta semana, estará chegando em Brasília, a caravana dos sem-terra, que partiram de Goiás, de Minas Gerais, de São Paulo, que vão a Brasília, numa manifestação na Capital Federal, no sentido de sensibilizar o Governo Federal e as autoridades federais para a grande necessidade que temos de se estabelecer uma reforma agrária neste País, justa e equilibrada, que possa atender os interesses da nossa população.

Ontem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresentamos aqui na Assembléia Legislativa, um Requerimento que foi aprovado pelos Senhores Deputados, solicitando que o Governo do Estado do Paraná providencie a construção de um centro comercial na região da Reserva Indígena do Rio das Cobras, localizado no Município de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu. Na verdade, a Reserva Indígena do Rio

das Cobras. Uma das Antigas Reservas existentes neste País que ainda, a muito custo, com muita firmeza e determinação dos índios, mantêm parte da sua cultura, da sua tradição, dos seus princípios indígenas. Os índios que pertencem a Reserva Indígena do Rio das Cobras, em que pese serem assediados pelo branco, em que pese serem roubados pelo branco, ainda mantêm com muita firmeza, grande parte da sua estrutura cultural ética, étnica e social.

Quem passa pela BR-277, com destino a Cascavel, Foz do Iguaçu, de cara observa, ao atravessar a Reserva Indígena do Rio das Cobras, os índios todos espalhados pelas margens daquela rodovia, de forma muito precária a situação dos índios, fazendo a comercialização dos seus produtos artesanais.

Há que se ter a responsabilidade e a preocupação de se construir lá no Município de Nova Laranjeiras ou no Município de Espigão Alto do Iguaçu, um centro comercial, para que os índios possam ali expor os seus trabalhos, vender o seu produto e ter uma vida melhor. O que não dá, é para aceitar as condições dos índios da Reserva do Rio das Cobras, atualmente constatadas, porque o risco de vida é iminente, já ocorreram diversos acidentes fatais, ceifando a vida dos índios, tanto da Tribo Kaigangue, quanto da Tribo Guarani.

É por isso que nós - como o Governo do Estado do Paraná construiu na Reserva de Mangueirinha dois centros, para lá desenvolver atividades inerentes à cultura indígena - também estamos pleiteando a construção, não de um galpão indígena na Reserva do Rio das Cobras, mas estamos pleiteando lá a construção de um grande centro comercial, para que todos os índios das duas Tribos possam desenvolver as suas atividades.

Nós, como homens públicos, Senhor Presidente, temos a obrigação e o dever de zelar por esta raça que caminha a passos largos para a extinção. Nós, aqui do Paraná, que temos ainda o privilégio, que temos ainda o orgulho de termos no nosso Estado algumas reservas indígenas, temos que ter a preocupação, a decência de manter em nossa terra em condições dignas de sobrevivência, aqueles que foram os primeiros homens a habitar o nosso País e que, infelizmente, não têm carinho, não têm o afeto necessário que mereciam, não só dos políticos como da sociedade de um modo geral.

O Sr. Cezar Silvestri - Quero me somar à sua proposição, e até dar uma idéia. Acredito que é de fundamental importância que os índios do Rio das Cobras tenham um local para comercialização dos seus produtos, que são feitos através do artesanato, e este centro poderia ser, inclusive, utilizado pelas 17 reservas indígenas do Paraná. Para que também pudessem vender ali, eles mandariam os produtos e estes produtos seriam comercializados através de uma associação.

Acho que sua idéia é extremamente importante, que seja acatada por parte do Governo do Estado. Como Vossa Excelência mesmo diz, o grande número de acidentes que têm ocorrido, principalmente com crianças, ali na BR-277 - represento aquela região, passo por ali, posso confirmar o que Vossa Excelência está dizendo. Mas, gostaria de ampliar esta idéia deste Centro, e inclusive se o senhor for apresentar, através de algum Requerimento, ao Governo do Estado, faço questão de endossar este Requerimento, para que seja utilizado como um centro de comercialização de produtos

oriundos do artesanato indígena de todo o Estado do Paraná.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço ao Deputado Cezar Silvestri e vamos acrescentar ao nosso Requerimento a sua idéia - uma boa idéia - porque a Reserva Indígena do Rio das Cobras na verdade, é privilegiada, porque ela é cortada por duas rodovias: uma rodovia importante, a BR-277, que liga a nossa Capital a Foz do Iguaçu - todos os turistas que se deslocam por Guarapuava, Laranjeiras do Sul, necessariamente precisam passar no meio da Reserva Indígena do Rio das Cobras. Porisso que seria importante, já que aquela reserva está bem localizada, o Governo do Estado construir lá um centro comercial, para que os índios que comercializam os seus produtos de forma individual e de forma familiar - cada família vende aquilo que produz - possam expor em repartições pequenas os seus produtos, possam comercializar, evidentemente possam abrir também "box" para que outras reservas de outras regiões do Paraná possam lá também comercializar os seus produtos artesanais.

Precisamos, Senhor Presidente, convencer o Governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente, que o índio do Paraná precisa da nossa ajuda, da nossa mão, e que o índio do Paraná não pode ficar do jeito que está, jogado e abandonado, à mercê da própria sorte. É preciso - e chegou a hora - de nós, de forma muito responsável, de forma muito corajosa, ajudarmos a melhorar a qualidade de vida do nosso índio, preservar a sua cultura, fazer com que ele possa permanecer vivendo aqui no nosso Estado de forma digna e de forma muito humana.

Por isso fica aqui registrada a nossa preocupação e a nossa proposta, para que o Governo do

Estado encampe essa idéia e possa, num curto espaço de tempo, fazer este grande empreendimento, que será motivo de melhoria, inclusive da imagem do Paraná junto aos organismos internacionais do meio ambiente, porque todos olham com muito carinho para essa questão do índio, que hoje se discute tanto no mundo a fora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- A palavra com o Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, senhoras e senhores.

Na semana passada, ao ter conhecimento que a Caixa Econômica Federal estava despejando os mutuários inadimplentes do Sistema Financeiro da habitação, esta Casa aprovou uma Comissão - da qual fazemos parte, composta também pelos nobres Deputados Romanelli, José Maria Ferreira, Péricles Mello e Basílio Zanusso - com o objetivo de acompanhar, não apenas as negociações entre a Caixa e os mutuários, como também analisar as execuções, os despejos e os processos envolvendo os mutuários.

Pois bem, temos a alegria de anunciar que, na última sexta-feira, dia 11 de abril, a Justiça Federal da região de Maringá, por intermédio do Juiz José Jácomo Gimenez, determinou a suspensão de todos os despejos realizados pela Caixa Econômica contra os mutuários daquela região. Determinou também a suspensão de todos os leilões, assinalando a Caixa Econômica o prazo de cinco dias para oferecer à defesa, sob pena de confissão e revelia.

Numa outra decisão, proferida na mesma Vara da Justiça Federal, dessa feita pelo Juiz Fernando Quadros, determinou a Justiça Federal um regulamento, para que a Caixa Econômica Federal cobrasse

as diferenças de prestações. Acontece que a Caixa, apoiada em contratos que permitia que ela cobrasse diferenças todas as vezes que percebesse que havia cobrado parcelas menores - ela ficava à vezes meses e até anos sem cobrar - e de repente lançava as prestações, lançava às vezes num mês, prestações dez vezes superiores ao valor da prestação anterior. E com isso, ela acabava provocando a inadimplência dos mutuários. É importante ressaltar que grande parte das inadimplências foi causada pela própria Caixa Econômica, através do seu sistema mal administrado e arbitrário.

Pois bem, o Juiz Fernando Quadros determinou que a Caixa Econômica, se ela não fizer o lançamento nas prestações e no prazo em que o contrato estabelece, ela só poderá fazê-lo se houver um entendimento entre ela e os mutuários.

Portanto, Senhores Deputados, nos consideramos gratificados, porque a formação desta Comissão, feita aqui nesta Casa, já está surtindo efeito. É importante ressaltar, a título de prestação de contas, que a nossa Comissão manteve contato com o Procurador Geral da República, solicitando a intervenção do Ministério Público nestas negociações. Solicitou também ao Ministério Público que agilizasse os processos criminais, que visam apurar a irregularidade na concessão de financiamentos, e na construção dos apartamentos. E também solicitou uma audiência para tratar desta questão.

E hoje, Senhor Presidente, por volta das 16:00 horas, deveremos nos reunir com a Superintendência da Caixa Econômica Federal aqui em Curitiba, que contará com a Comissão Especial, montada nesta Casa, juntamente com o Procurador Geral da República do Paraná,

BEATE MARIA RIZZO, a famham a Procurador Geral da Justiça do Paraná, Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Esperamos, portanto, que desta forma possamos persuadir a Caixa Econômica Federal a dar um tratamento respeitoso aos mutuários. Reiteramos aqui, que é um absurdo aquilo que está acontecendo, onde a Caixa Econômica está cobrando por apartamentos valores de cinquenta a oitenta mil reais. E, como os mutuários não podem pagar estas parcelas, ela toma estes imóveis e os está vendendo por valores que vão de 30 a 50% do valor real.

Evidentemente que a Caixa não pode jogar no mutuário a culpa da sua má administração e pelo mau gerenciamento do sistema.

Esperamos, portanto, que possamos, através destas negociações que faremos hoje - e continuaremos a fazer no curso desta semana - convencer a Caixa Econômica a dar o tratamento adequado a esta questão.

Eram estas as informações que queríamos trazer a esta Casa, a título de esclarecimento e de prestação e contas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -  
Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputado Irondi Pugliesi.

Em 1961, os três Governadores: do nosso Estado, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, acharam por bem - com a anuência das Casas de Lei dos três Estados - criar o CODESUL, com a finalidade única de implementar políticas regionais e defender os interesses deste quadrante da nossa Nação. Foi uma decisão sábia, e acima de tudo, de

encontra com a razão, que naquela oportunidade o momento exigia.

Foram os Senhores Governadores da época, tendo os três uma visão realmente macroeconômica, em termos de Sul do País, que fizesse com que as atenções desta Nação se voltassem ao Sul do País.

Junto ao CODESUL, foi criado o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE, que comemora os seus 36 anos de incentivo à média, à pequena e até à grande iniciativa privada. Deu nesses seus anos, milhares de empregos, emprestou, através de suas Agências - as três Agências: a nossa, do Paraná, a nossa irmã de Santa Catarina e a outra Agência gêmea nossa de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Fatos ocorridos agora, onde foge a vontade do nosso Governador e do Governador de Santa Catarina, Paulo Afonso, fazem com que o Rio Grande do Sul, que pretende não só retirar o Estado gaúcho do Banco, mas também tenciona, aquela mais alta autoridade do Rio Grande do Sul, denunciar o acordo e as leis firmadas em 1961, que deram origem ao CODESUL.

É nossa crença, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que somente políticas regionais de desenvolvimento poderão sustentar planejamentos mais sistemáticos e, principalmente, orgânicos, na âmbito de uma união federada. Assim creio, Senhores Deputados, por responsabilidade social nossa, indagar, refletir sobre estas posições, e haveremos de culminar em ações concretas e em benefícios de todos. No âmbito que esta Casa, pela nossa representação tem alçado, que é o Conselho Parlamentar do Sul, já demos início às discussões, que marcamos para breve - ilustre Deputado Orlando Pessuti, que foi um dos fundadores do Conselho Parlamentar - uma reunião em Florianópolis, para tratarmos desse assunto, que

é de interesse de nós todos e principalmente de todo o Sul do País.

Nesta Casa, Senhor Presidente, neste Plenário, através da nossa pessoa, tivemos de Vossas Excelências um Requerimento aprovado, para trazermos a esta Casa a presença do Banco, na pessoa do ilustre vice-Presidente, Doutor Fernando Fontana, que muito nos honra com a delegação dada pelo Senhor Governador, em representar o Paraná nesta Instituição maior.

Quero ainda nesta ocasião, Senhores Deputados, não esquecer de mencionar que nos chega às mãos o Balanço do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Balanço este que mostra que nestes dias difíceis, onde testemunhamos em todo solo brasileiro as dificuldades que passam as instituições financeiras, e principalmente os Bancos particulares, vemos neste Balanço que em 1996 foram aprovados financiamentos no montante de 656,1 milhões de dólares, tendo um acréscimo, o BRDE, de mais de 54% em relação aos anos anteriores, fazendo no global, na nossa região, investimentos na ordem de um bilhão cento cinquenta milhões de dólares. Estimamos que esses investimentos sejam responsáveis pela geração de mais de cem mil e cem empregos novos, diretos e indiretos, e pelo aumento da arrecadação do nosso ICMS, na ordem de 285,7 milhões de dólares anuais.

Este desempenho econômico-financeiro medido pelas contas patrimoniais e pelo balanço de resultados, que evidencia que o Banco, mesmo diante desse quadro adverso que atravessamos, do sistema financeiro nacional, ampliou o seu porte, tendo o seu patrimônio líquido atingido US\$ 480 milhões, com ativos na ordem de US\$ 1,35 bilhões. Apesar da

elevada provisão de créditos duvidosos, o lucro no exercício foi de US\$ 32,3 milhões.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

**O Sr. Orlando Pessuti** - Deputado

Zuk, é uma satisfação podermos ouvi-lo na tarde de hoje, não só na condição de Deputado Estadual e 1º vice-Presidente desta Casa, mas também na condição de nosso representante do Conselho Parlamentar do Sul. Conselho este que, desde que foi instituído, vem recebendo desta Casa todo o apoio e todo o entusiasmo, na pessoa do nosso Presidente Anibal Khury, que tem se colocado sempre ao lado de Vossa Excelência e demais Deputados, quando necessário se faz a atuação desse Legislativo na defesa dos interesses da Assembléia Legislativa do Paraná, do Estado do Paraná e dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O assunto que aborda Vossa Excelência é da maior importância, porque todos sabemos a história e o trabalho que desenvolveu o Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul - BRDE, trabalho este voltado ao fomento, à industrialização, a geração de empregos, enfim, a geração de riquezas, não só para os nossos Estados, porque as riquezas aqui geradas, os produtos aqui obtidos foram beneficiar - quem sabe - outros continentes até, foram beneficiar - com certeza - outras regiões ou territórios brasileiros.

Existe, evidentemente hoje, uma grande preocupação que passa a tomar conta, não só dos nossos servidores, do Banco Regional de Desenvolvimento, o BRDE, mas que passa a tomar conta, na forma de preocupação, de dúvidas de todos nós, os paranaenses, que temos um mínimo de preocupação com o desenvolvimento social da nossa

região. As notícias que chegam a nós, dando conta de que o Rio Grande do Sul estaria propondo - vamos dizer assim - a liquidação, a extinção, a começar pela sua saída deste convênio, que foi firmado há muito anos atrás pelos Governadores e que originou o BRDE, nos preocupa, porque, em acontecendo a saída do Rio Grande do Sul - Santa Catarina parece que também se manifestando - nós gostaríamos muito que este assunto no Paraná merecesse realmente, uma atenção especial, para que pudéssemos encontrar, realmente, uma saída para toda esta problemática dos Bancos de Desenvolvimento.

Já tivemos um episódio na liquidação extra-judicial, judicial do BADEP, que causou-nos tantos transtornos, alguns até de caráter político, mas transtornos sérios aos empresários do Paraná. Tivemos os momentos de dificuldades pelos quais passou o BRDE, e agora ele se reergue, apresenta lucros nas suas operações e temos agora, surgindo a idéia da criação da Agência de Desenvolvimento, Agência de Fomento, como uma alternativa - segundo as pessoas que já contataram conosco - que proporcionará uma maior agilidade, maior relacionamento até com aqueles que se utilizam e se beneficiam do crédito de longo prazo e do crédito destinado ao fomento.

Portanto, quero manifestar o meu apoio a Vossa Excelência, na manifestação que faz de solidariedade ao BRDE, e dizer que precisaremos nos próximos dias - já que tramita nesta Casa, a nível de C.C.J., o projeto visando a criação da Agência de Fomento - darmos sim, agilidade a esse projeto. Mas, antes de levá-lo, ou melhor, de trazê-lo a Plenário, que possamos fazer uma discussão mais aprofundada do que queremos,

do que precisamos, daquilo que temos e daquilo que precisamos ter em termos de fomento, em termos de Banco ou Agência de Desenvolvimento do Paraná.

Portanto, cumprimento Vossa Excelência por levantar esta lèbre, levantar esta bola, para que possamos discutir nesse momento, com isenção de ânimos, e com interesses paranistas, a questão do Banco de Fomento, da Agência de Fomento no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Acredito, ilustre Deputado Orlando Pessuti, que essa posição é e todos os Senhores 54 Deputados que têm assento neste Parlamento.

Têm, na Presidência do Deputado Anibal Khury - e sentimos, em conversa que já mantivemos - que o pensamento exteriorizado por vossa pessoa é o pensamento dele e de toda esta Casa de Leis. E tenho a certeza que o nosso Governador também haverá de ser sensibilizado naquilo que é melhor para o Paraná e naquilo que já vem dando certo, e não tentar fazer uma nova experiência, que poderá ser realmente, não igual ou quem sabe até pior do que esta.

A atual realidade que vivemos, nesta ordem de exercício de 32,3 milhões de dólares de saldo positivo de lucro de uma instituição, nesta crise financeira que nós e o Brasil atravessamos, todos somos testemunhas, merece de nós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que tais resultados positivos são extremamente estimulantes. Não poderemos, de maneira alguma, deixar de nos posicionar a favor da manutenção do BRDE, bem como sua ampliação e ações vinculadas, com as necessidades de fomento e desenvolvimento dos Estados da Região Sul.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos nesta tarde, exteriorizando o pensamento desta Casa, deste Paraná e daqueles milhares e milhares de homens, chefes de família, que foram agraciados com os empregos oferecidos pelos estímulos e principalmente, pela parceria do BRDE na pequena e na média indústria deste Estado.

**O Sr. Orlando Pessuti** - Deputado, só para dar mais uma pincelada sobre este assunto. Veja bem, quando conversamos com alguns segmentos do próprio Governo, quanto à criação da Agência de Fomento, eu pessoalmente até me interessei bastante pelo assunto, porque os argumentos apresentados quanto a agilidade dos processos, quanto a uma estrutura enxuta, quanto a uma coisa realmente bem próxima de nós, pudesse ser aqui aprovado.

Mas também me trazem alguma preocupação as notícias que li nos jornais, neste final de semana, do novo posicionamento do Governo Federal, de não mais estabelecer aquele programa de saneamento, de apoio aos Bancos Estaduais. A notícia que li dá conta de que o Governo Federal irá apenas aguardar o ajuste do BANERJ e do BANESPA, e como se diz: "Vamos deixar os outros caminhar com as próprias pernas, ou se afundarem pelas próprias pernas".

Então, existia até um compromisso, segundo a própria Medida Provisória do Governo Federal, que a criação desta Agência de Fomento, de Desenvolvimento, viria na forma de uma série de ações, até para ajudar no saneamento dos Bancos Estaduais. Como esta perspectiva parece que está sendo eliminada, acredito que precisamos, rapidamente, sentar com a Diretoria do BANESTADO, ou Chefe da Casa Civil, com a Presidência

da Casa, para vermos o encaminhamento que devemos dar nesta questão da Agência de Fomento, e principalmente, nestas propostas que estão aí, principalmente a intenção do Rio Grande do Sul em acabar com o BRDE e ficar praticamente com todo o Banco para ele, não deixando a nós nada daquele que ajudamos a construir.

Por isso, digo mais uma vez: Vossa Excelência está correto em trazer esta discussão ao Plenário hoje, porque é a partir de agora, sim, que temos que estar discutindo estes assuntos. A questão do BRDE e da Agência de Fomento interessa - e muito - ao desenvolvimento e ao progresso do Estado do Paraná.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK** - Agradeço e concedo aparte ao ilustre Deputado Nelson Tureck.

**O Sr. Nelson Tureck** - Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Deputado.

Quero me solidarizar com o seu pronunciamento - principalmente Vossa Excelência sendo o Presidente do CODESUL - e que para nós, no Paraná, é muito importante a atuação do BRDE. Um Banco que vem exercendo a sua função, ao longo dos anos - 35 anos - que proporcionou mais de 18 bilhões de investimentos, sendo beneficiadas 7 mil e 500 empresas no Estado do Paraná, além de gerar empregos para 2 mil e 500 trabalhadores. Precisamos aproveitar o momento agora.

Então, foi muito importante o seu pronunciamento na tribuna, assim como o aparte do Pessuti, e agora que o Governo do Estado do Paraná vai assumir a Presidência do BRDE, não podemos ficar à mercê de muitos daqueles que querem fazer politicagem, e o Governo deve ficar de olhos abertos e nós, da Assembléia, para que este

Banco continue, porque já perdemos o BADEP, já perdemos o BAMERINDUS. Não podemos perder este Banco que vem dando o seu incentivo na elaboração de projetos importantes para a industrialização do Paraná, principalmente agora que o Paraná tem o Governador da transformação, tem um Governador que está preparando o futuro deste Estado, precisamos, neste momento, dar as mãos e segurar este Banco para o Estado, que é muito importante.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte do Deputado, e vou encerrar, cumprimentando o Nelson Tureck pela amostragem dos números do último exercício do BRDE, bem como pela lembrança que ele teve do rodízio feito entre Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que o próximo Presidente é um paranaense, a ser alçado no cargo maior daquela instituição.

Teremos a oportunidade, quando aqui estiver presente o Doutor Fernando Fontana - não sei se neste Plenário ou na Comissão de Constituição e Justiça - teremos a ocasião na qual a explicitação feita por aquela alta autoridade econômica do BRDE, teremos mais elementos para nos aprofundarmos na defesa daquilo que é nosso, que é do interesse de todos os paranaenses.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se em visita a esta Assembléia, a convite do Deputado Ademar Traiano, os Vereadores de Pinhal de São Bento, Jaime Carrier e Waldemar Guardieri. Desejamos boas vindas.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 011/97, subscrita pelo Senhor governador do Estado, constante do expediente, solicitando a esta Casa de Leis, prorrogação, até o dia 18 do corrente mês, do afastamento autorizado pelo Decreto-Legislativo nº 006/97, do dia 09 do corrente mês, para sua viagem aos Estados Unidos da América do Norte. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de três, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do

expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matéria aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 388/95, que cria um Polo da Indústria Têxtil e da Confecção do Paraná, liderado pelo Município de Maringá, com objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecção da região. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 388/95  
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Polo da Indústria Têxtil e da Confecção do Paraná, liderado pelo Município de Maringá, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da Região.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará mecanismos para sua criação através de Programa de Governo e regulamentado pelo próprio.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10. 04.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 484/96, que autoriza o Poder Executivo a atribuir aos Docentes Catedráticos Ativos e Inativos, nomeados anteriormente à Constituição Federal de 1967, a Gratificação de Incentivo. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 384/96  
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a atribuir aos Docentes Catedráticos ativos e inativos, nomeados anteriormente a Constituição Federal de 1967, a gratificação de incentivo, prevista no art. 11, da Lei nº 9.887/91, do art. 2º, V, do Decreto nº 465, de 11 de fevereiro de 1969, mediante requerimento; e as demais categoria docentes do Ensino Superior será assegurado o percentual de titulação, conforme ato de nomeação.

Art. 2º - Fica assegurado o benefício da gratificação de incentivo aos docentes que na data de 31 de dezembro de 1995, tinham tempo de serviço suficiente para se aposentarem.

Art. 3º - Fica igualmente assegurada a gratificação de incentivo aos beneficiários de pensão deferida até 31 de dezembro de 1995.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado expressamente o # 2º do art. 12, da Lei nº 9.887/91, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10. 04.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 03

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 111/97, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI Nº 111/97**  
**REDAÇÃO FINAL**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.04.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

**ITEM 04**

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta Parágrafo Segundo ao Art. 1º da Lei nº 8.946, de 05.04.89. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.. Em votação.**

O SR. DOUTOR ROSINHA **(Para Encaminhar)** - Senhor Presidente, este projeto de lei que estamos votando, é o 023/97, de autoria do nosso Presidente da Assembléia Legislativa?

A nossa Bancada se reuniu, após analisar o projeto - que modifica a lei já em vigor, permitindo tiro ao voo, praticado sobre pombos domésticos - e a nossa Bancada se posiciona contrária, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - Os Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Curitiba, terça, em 15.04.97

**Aprovado.** com o voto contrário da Bancada do PT.

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/95, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116, de 18.09.95).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 367/95**

**P A R E C E R:**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental, a matéria encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/95, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu, e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 192, de 19.12.95).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 565/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Elío Lino Rusch, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu e dá outras providências.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental, a matéria encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento da Indústria Informal de Londrina - ADIIL, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 28, de 17.03.97).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 87/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento da Indústria Informal de Londrina - ADIIL.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 704, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 705 a 710, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 711 e 714, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 715, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 716, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 717, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 718 e 721, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 719, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 720, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 725, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 726, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nºs 798 a 799, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 732, de autoria do Senhor Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 733, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 694, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli e José Tavares, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 105/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 424 e 552/96 e 154/97.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo nº 005/97.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 367 e 565/95, 424 e 552/96 e 087 e 154/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 228, 339, 348 e 407/96.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 15 DE ABRIL DE 1997.

"Marialva contorna o êxodo com a uva

O Estado do Paraná

**Plantio da fruta surgiu como alternativa de diversificação e se tornou fonte de renda**

Antonio Carlos Moretti

**Marialva** (Sucursal de Maringá) - Nos anos 70, quando a geada dizimou os cafezais do Norte do Paraná, Marialva (a 15 quilômetros de Maringá) enfrentou, como a maioria dos outros municípios da região, as consequências de não ter investido na diversificação da agricultura. Formado por pequenas propriedades rurais, o município tinha no café, sua principal fonte de renda. Além de perder receita, começou também o êxodo no campo. Muitas famílias se mudaram para a periferia de cidades da região ou para outros Estados, como Rondônia e Mato Grosso, em busca de novos espaços para a agricultura.

Foi nessa época que alguns pequenos proprietários rurais começaram a investir na fruticultura e, especialmente no plantio da uva Itália, uma cultura que até então era desconhecida na região. Nos primeiros anos as dificuldades foram muitas, principalmente na comercialização, já que os únicos compradores para a safra estavam em São Paulo. Mas as parreiras foram se espalhando pelos propriedades rurais e o

município atingiu a condição de 'capital estadual da uva fina'.

Segundo o agrônomo da Emater, José Odair Mazzia, um dos principais especialistas do Estado na cultura da uva, Marialva é um dos poucos municípios do Paraná onde o êxodo rural se reverteu graças à cultura da uva. 'A uva deu ao município uma nova dinâmica. Hoje Marialva é exemplo de distribuição de renda e muitas das famílias que abandonaram o campo com a crise da cafeicultura acabaram voltando para trabalhar nos parreirais', afirma Mazzia.

No ano passado, a uva garantiu ao município um faturamento bruto em torno de R\$ 30 milhões. Na safra de verão, a principal, foram vendidos cerca de 18 milhões de quilos, ao preço médio de R\$ 1,00. A safra de inverno, menor, produziu cerca de 10 mil toneladas de uva. Quase toda a produção foi comercializada em centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. 'O mercado regional já está consumindo a nossa uva, mas o principal mercado ainda é São Paulo', explica Mazzia.

#### Apoio

Pela segunda vez no Executivo de Marialva, o prefeito Celso Martini classifica Marialva como exemplo de reforma agrária para o Brasil. Segundo ele, no município os pequenos produtores estão demonstrando como é possível tirar de pequenos pedaços de terra, renda para garantir um bom padrão de vida às suas famílias e ainda gerar milhares de empregos. Segundo Martini, a cultura da uva está permitindo a Marialva qualidade de vida semelhante a de cidades de primeiro mundo.

O prefeito explica que pretende ampliar o parque industrial de Marialva, mas alerta que os novos investimentos devem

se adequar às características do município. 'Nós queremos novas empresas, mas não vamos permitir que o município cresça desordenadamente como aconteceu com outras cidades'. A cultura da uva, segundo Martini, vai continuar recebendo atenção especial. 'É nossa principal fonte de renda de geração de empregos e a responsável pelo reconhecimento da cidade em nível estadual e nacional'.

#### CULTURA ABSORVE 10 MIL

Pelos dados da Emater, 10 mil pessoas de Marialva estão empregadas, direta ou indiretamente, graças à cultura da uva. Como a cidade tem apenas 25 mil habitantes, os produtores são obrigados a buscar mão-de-obra em outros municípios da região. Com o crescimento da atividade entre 25% e 30% ao ano, o município mantém em expansão os empregos no campo.

Para cada hectare de uva que é plantado anualmente, são quatro novos empregos criados.

Em 97, os cerca de trezentos hectares de uva que começam a produzir vão gerar aproximadamente 800 novos empregos. Para formar um hectare de uva, desde o plantio da muda até a primeira colheita, aos dois anos e meio, o produtor investe cerca de R\$ 15 mil. A soma é considerada alta, em relação a outras atividades agrícolas, mas pelo número de empregos que gera, e rentabilidade que proporciona aos produtores faz frente a culturas como a soja, que é predominante no Norte do Estado. Para conseguir o faturamento anual de um hectare de uva, o produtor de soja precisa cultivar cerca de 40 hectares da oleaginosa. Na indústria, os investimentos para a geração de um emprego giram em torno de R\$ 80 mil e no comércio R\$ 40 mil."